

29 de maio de 2026
 ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE - ENERGIA
 2015-2024

ENERGIA EM MUDANÇA:

MAIS RENOVÁVEIS, MAIOR CAPACIDADE INSTALADA E DEPENDÊNCIA PERSISTENTE DO PETRÓLEO

No Dia Mundial da Energia, num contexto marcado pelos desafios da segurança energética e da redução da dependência externa, o INE destaca a evolução recente das energias renováveis em Portugal e o seu contributo para a transformação da matriz energética nacional e para o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 7).

Em 2024, a matriz energética portuguesa continuou a evidenciar sinais de transformação. A produção doméstica de energia, praticamente assente em fontes renováveis, atingiu 8 018 ktep, o valor mais elevado da série em análise, correspondendo a 39,4% do consumo de energia primária. As fontes renováveis representaram 38,3% do consumo de energia primária em 2024, mais 3,5 p.p. do que em 2023, refletindo, sobretudo, o aumento da produção hídrica e fotovoltaica. O petróleo manteve-se como a principal fonte de energia primária representando 40,8% do total.

A produção de eletricidade a partir de fontes renováveis representou 86,2% do total produzido. A capacidade instalada renovável atingiu 20 777 MW, correspondendo a 78,1% da potência total instalada para produção de eletricidade, destacando-se a tecnologia fotovoltaica, cuja potência instalada aumentou 45,6% face ao ano anterior.

O setor dos transportes continua a constituir um dos principais desafios da transição energética, sendo responsável, em média, por 35,6% do consumo final de energia no período 2015-2024.

Neste período, os preços médios dos combustíveis rodoviários apresentaram uma trajetória global de aumento. Após o máximo registado em 2022, os preços médios diminuíram em 2023 e estabilizaram em 2024-2025. No início de 2026 observou-se um aumento acentuado, enquadrado num contexto internacional de maior incerteza nos mercados energéticos, associado à volatilidade do preço do petróleo e ao agravamento das tensões geopolíticas, designadamente no Médio Oriente. Em março de 2026, a gasolina IO95 atingiu 1,833 €/litro, mais 4,1% do que em janeiro de 2015. O gasóleo rodoviário registou uma subida mais expressiva (14,4%) atingindo 1,896 €/litro. Apesar do agravamento dos preços no início de 2026, o consumo de combustíveis rodoviários manteve-se relativamente estável, confirmando a limitada elasticidade do consumo perante variações de preço no curto prazo.

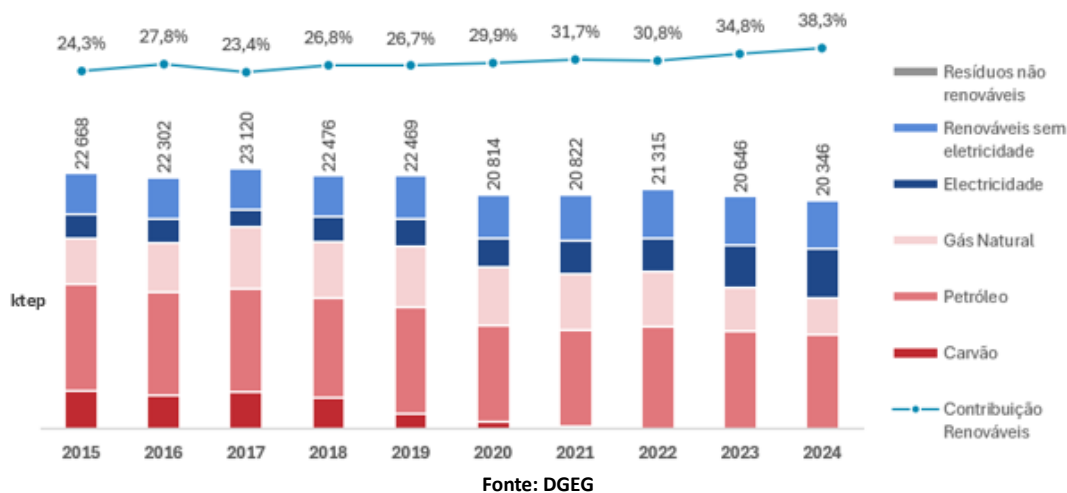
No contexto europeu, Portugal apresenta uma posição favorável nos indicadores de incorporação de energias renováveis. Em 2024, a quota global de FER no consumo final bruto de energia situou-se em 36,3%, acima da média da UE (25,2%), embora ainda distante da meta nacional de 51,0% para 2030. Também na eletricidade, Portugal registou um valor superior ao da UE (65,8%, face a 47,5%). Nos transportes, apesar de a quota renovável nacional (14,3%) exceder a média da UE (11,2%), este continua a ser o domínio mais exigente da transição energética. A dependência energética nacional permaneceu acima da média da UE (64,5%, face a 57,3%), refletindo a ausência de produção nacional de combustíveis fósseis e o peso ainda significativo do petróleo, em particular nos transportes.

1. MATRIZ ENERGÉTICA PORTUGUESA

A energia constitui um elemento estruturante da atividade económica, do bem-estar das populações e da transição climática. A evolução da matriz energética portuguesa permite avaliar a forma como o país tem vindo a alterar a sua estrutura de produção e consumo de energia, designadamente através do reforço das fontes renováveis, da redução progressiva do peso das fontes fósseis e da valorização dos recursos energéticos endógenos.

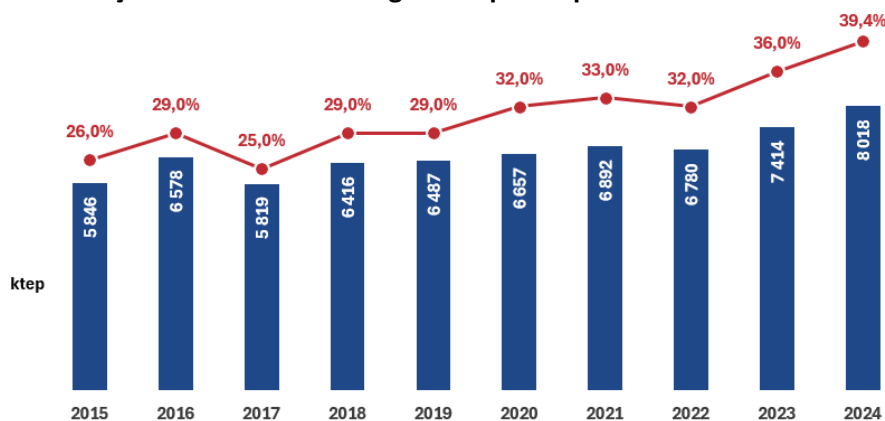
No período 2015-2024, a matriz energética nacional evidenciou uma transformação gradual, embora ainda condicionada pelo peso dos produtos petrolíferos. O petróleo manteve-se como a principal fonte de energia primária, com um peso médio de 40,9% no período, enquanto a contribuição das fontes renováveis aumentou de forma expressiva, atingindo 38,3% em 2024, mais 13,9 p.p. do que em 2015. Em 2024, o **consumo de energia primária** fixou-se em 20 346 ktep, menos 1,5% do que em 2023. Esta evolução refletiu sobretudo a redução do consumo de petróleo (-3,3%) e de gás natural (-17,3%), num contexto ainda marcado pela aplicação das medidas voluntárias de redução do consumo de gás na União Europeia, previstas na Recomendação do Conselho da União Europeia C/2024/2476, de 25 de março de 2024. Em sentido contrário, o consumo de eletricidade aumentou 16,4%, enquanto o carvão manteve uma expressão residual, com 6 ktep.

Figura 1 - Consumo total de energia primária e contribuição das renováveis



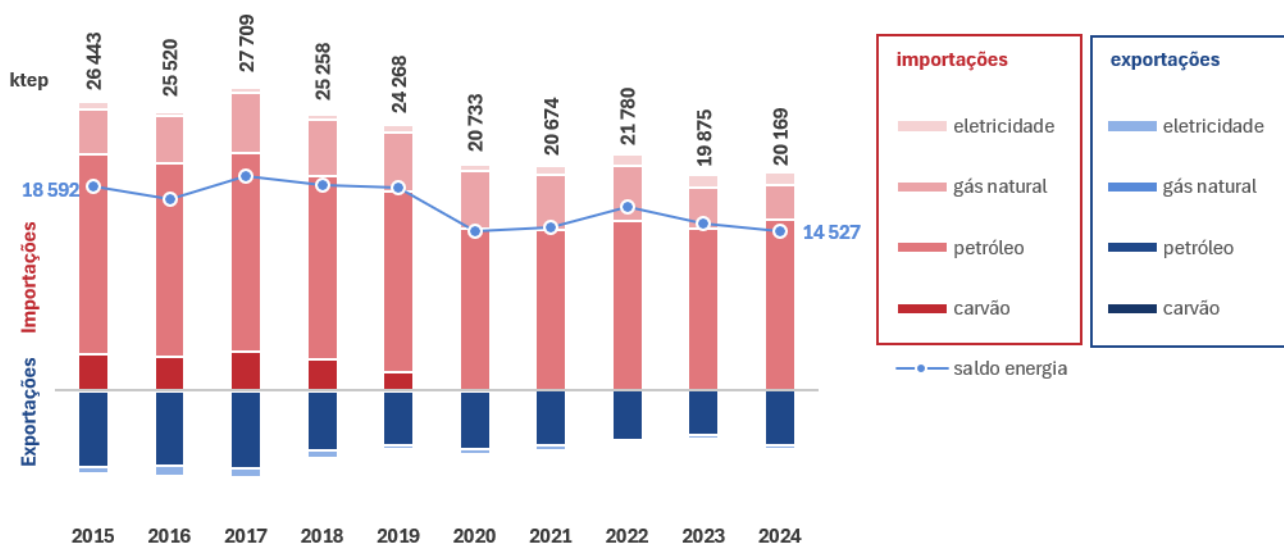
A **contribuição das fontes de energia renováveis** para o consumo de energia primária atingiu 38,3% em 2024, aumentando 3,5 p.p. face a 2023. Esta evolução refletiu, em particular, o acréscimo da produção hídrica (+25,1%) e fotovoltaica (+37,4%). A biomassa manteve-se como a principal fonte renovável no consumo de energia primária, representando 16,9% do total.

A **produção doméstica de energia**, praticamente assente em fontes renováveis, tem aumentado de forma consistente, atingindo 8 018 ktep em 2024. Este valor representa um crescimento de 9,5% face ao ano anterior e de 37,1% face a 2015. O peso da produção doméstica no consumo de energia primária atingiu 39,4% mais 13,4 p.p. do que em 2015, correspondendo ao valor mais elevado da série em análise.

Figura 2 - Produção doméstica de energia e respetivo peso no consumo de energia primária


Fonte: DGEG

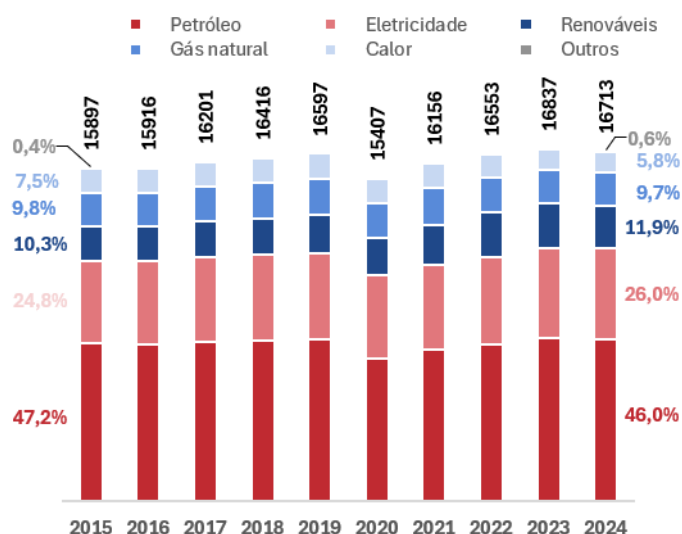
As importações líquidas de energia primária diminuíram 4,5% em 2024, dando continuidade à trajetória de redução observada em 2023, (8,8% face a 2022). Comparativamente a 2015, registou-se uma diminuição de 21,9%, sendo 2024 o ano com o menor **saldo importador** no período 2015-2024.

Figura 3 – Importações e exportações por fonte energética e saldos importadores de energia e de eletricidade


Fonte: DGEG

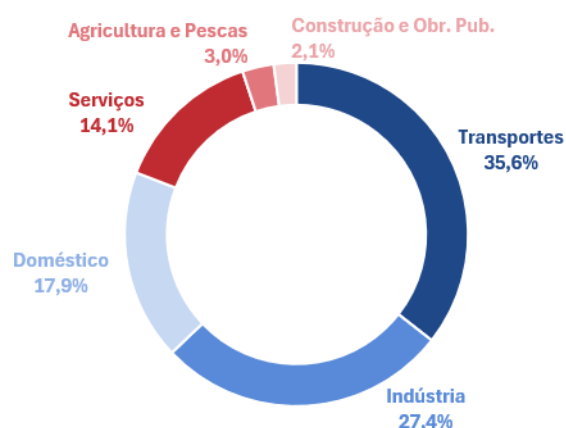
O **consumo final de energia** foi de 16 713 ktep em 2024, menos 0,7% do que no ano anterior, invertendo a tendência de crescimento observada desde 2020, ano em que se registou o resultado mais baixo da série.

Figura 4 – Consumo final de energia por fonte de energia



Fonte: DGEG

Figura 5 – Peso do consumo final de energia por setor de atividade – 2015-2024



Em 2024, o consumo final de eletricidade atingiu 4 349 ktep, traduzindo um aumento de 2,1% face ao ano anterior. Este crescimento, o quarto consecutivo, elevou o peso da eletricidade no consumo final de energia para 26,0%, mais 0,7 p.p. do que em 2023.

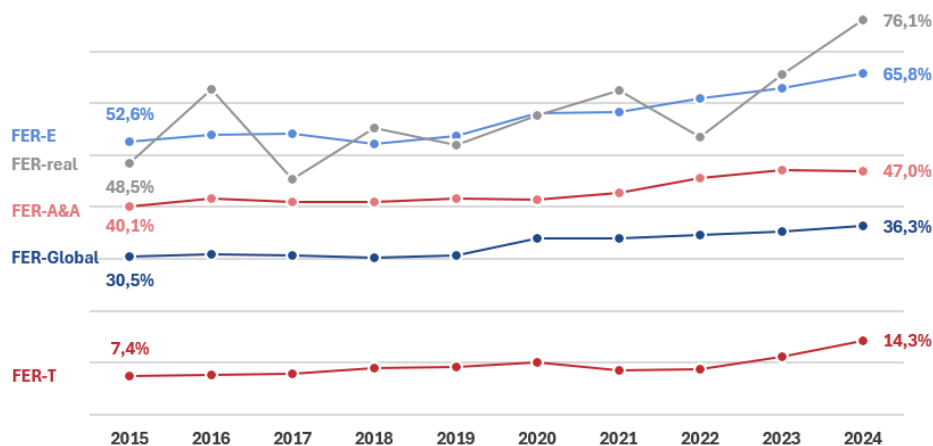
No período 2015-2014 o consumo final de energia aumentou apenas 5,1%, mantendo-se relativamente estável a estrutura setorial do consumo. Em média, o setor dos transportes representou 35,6% do total, seguido da indústria (27,4%), do setor doméstico (17,9%) e dos serviços (14,1%).

Relativamente ao **consumo final de eletricidade**, verificou-se um aumento de 10,1% entre 2015 e 2024, atingindo 50 564 GWh em 2024. Em média, a indústria foi responsável por 34,9% do consumo, seguida dos serviços (33,4%) e do setor doméstico (28,5%). A agricultura e pescas e os transportes representaram apenas 2,1% e 1,1%, respetivamente, traduzindo o baixo grau de eletrificação destes setores.

2. AS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA PRODUÇÃO E NO CONSUMO FINAL DE ENERGIA

As energias renováveis assumem um papel central na transformação da matriz energética portuguesa. O seu peso é acompanhado através da quota global de FER no consumo final bruto de energia e dos indicadores setoriais relativos à eletricidade (FER-E), aos transportes (FER-T) e ao aquecimento e arrefecimento (FER-A&A).

Figura 6 - Fração de Fontes Renováveis de Energia (FER) no consumo final bruto de energia, eletricidade, transportes e aquecimento e arrefecimento

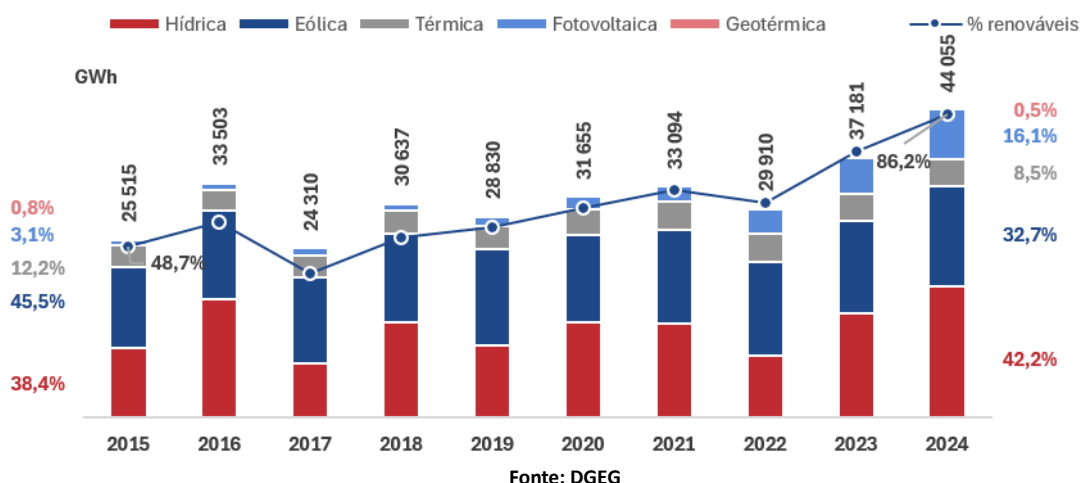


Fonte: DGEG

Entre 2015 e 2024, a **quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia** aumentou de forma gradual, passando de 30,5% para 36,3%, o valor mais elevado da série em análise, mais 1,1 p.p. do que em 2023. A eletricidade manteve-se como o domínio com maior incorporação renovável, com a quota de eletricidade proveniente de fontes renováveis a atingir 65,8% em 2024. Esta evolução refletiu o contributo das fontes hídrica e eólica e o crescimento acentuado da produção solar fotovoltaica, devendo a sua leitura considerar a metodologia europeia de normalização da produção hídrica e eólica, que atenua o efeito da variabilidade climática anual. A incorporação renovável não evoluiu de forma homogénea entre setores. Enquanto a eletricidade apresenta níveis elevados e o aquecimento e arrefecimento mantém uma trajetória positiva, os transportes continuam a evidenciar uma integração mais limitada de fontes renováveis.

A **eletricidade produzida a partir de fontes renováveis** representou 86,2% do total de eletricidade produzida em Portugal em 2024, face a 48,7% em 2015.

Figura 7 - Produção de eletricidade renovável por fonte



Fonte: DGEG

A produção de eletricidade a partir de fontes renováveis situou-se em 3 789 ktep em 2024, aumentando 18,5% face a 2023 (3 198 ktep) e 72,7% face a 2015 (2 194 tep). Os valores da eletricidade de origem renovável podem apresentar alguma variabilidade anual devido às características do ano hidrológico. Em anos mais secos, a componente hídrica tende a diminuir, como ocorreu em 2015, 2017, 2019 e 2022. Em 2024, o aumento da pluviosidade contribuiu para um acréscimo de 25,1% da produção hídrica.

Em termos de estrutura da produção renovável, a componente hídrica representou 42,2% em 2024 (40,0% em 2023), seguindo-se a eólica, com 32,7% (35,4% em 2023), a fotovoltaica, com 16,1% (13,9% em 2023), e a térmica renovável, com 8,5% (10,2% em 2023). Em conjunto, as componentes eólica e fotovoltaica asseguraram 48,8% da produção renovável.

O aumento da produção de eletricidade de origem renovável ao longo da última década refletiu também o reforço da **capacidade instalada de origem renovável**, que aumentou 77,7% face a 2015. Em 2024, a potência renovável instalada atingiu 20 777 MW, correspondendo a 78,1% da potência total instalada para produção de eletricidade em Portugal.

Em sentido contrário, desde 2015, a potência instalada em centrais de produção de eletricidade a partir de fontes não renováveis diminuiu 27,5%, refletindo uma alteração estrutural na composição das fontes de produção. Esta redução foi particularmente influenciada pela desativação das centrais a carvão de Sines e do Pego, em 2021.

Figura 8 - Capacidade instalada nas centrais produtoras de eletricidade - 2024

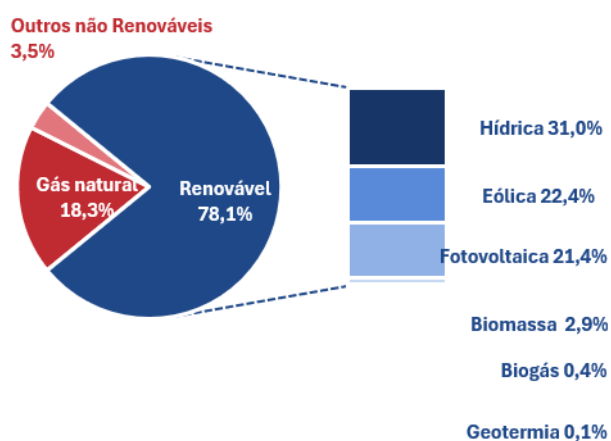
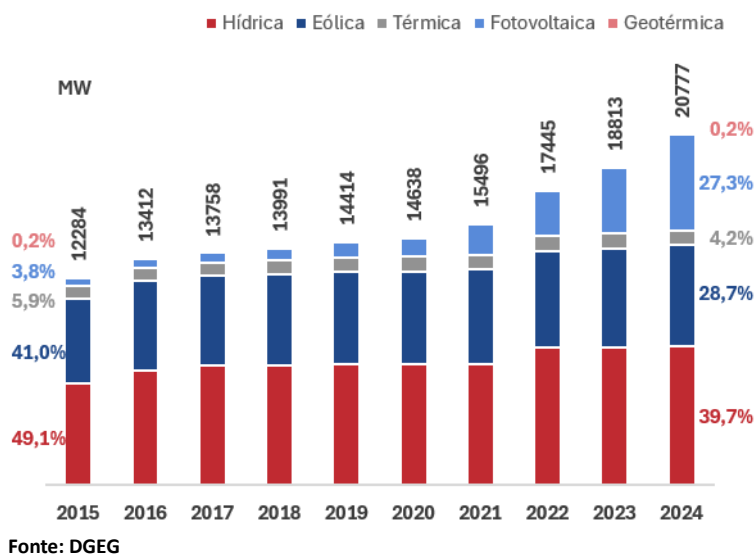


Figura 9 – Capacidade instalada por fonte de energia renovável



O aumento da **potência renovável instalada** entre 2015 e 2024 resultou sobretudo da expansão da capacidade hídrica (+2 208 MW), fotovoltaica (+5 214 MW) e eólica (+926 MW). Em 2024, a energia hídrica manteve o maior peso na potência renovável instalada, com 39,7% do total, seguida da energia eólica, com 28,7%. Em conjunto, estas duas componentes representaram 68,3% da capacidade renovável instalada. Entre as fontes renováveis, a tecnologia fotovoltaica foi a que registou o crescimento mais expressivo, mais 45,6% do que em 2023 e cerca de 12,2 vezes o valor registado em 2015. Esta componente representou 27,3% da potência total renovável instalada em 2024, face a 3,8% no início da série.

3. DEPENDÊNCIA E INTENSIDADE ENERGÉTICA

A evolução da **intensidade energética** e da **dependência energética** permite avaliar duas dimensões fundamentais da sustentabilidade do sistema energético: a eficiência com que a economia utiliza energia e o grau de exposição do país a fontes energéticas importadas. Estes indicadores assumem particular relevância num contexto de transição energética, marcado pela necessidade de produzir mais valor económico com menor consumo de energia e de reduzir a dependência de fontes fósseis externas. O reforço das energias renováveis tem contribuído para uma evolução favorável destes indicadores.

A **dependência energética** de Portugal apresentou uma tendência de redução ao longo do período 2015-2024, embora sujeita a variações anuais relacionadas com a hidraulicidade, a eolicidade, o consumo interno e a evolução das importações. Em 2024, a dependência energética situou-se 65,8%, menos 2,4p.p. do que no ano anterior e abaixo dos valores observados no início da série, quando ultrapassava 75%.

Figura 10 – Dependência energética real e normalizada

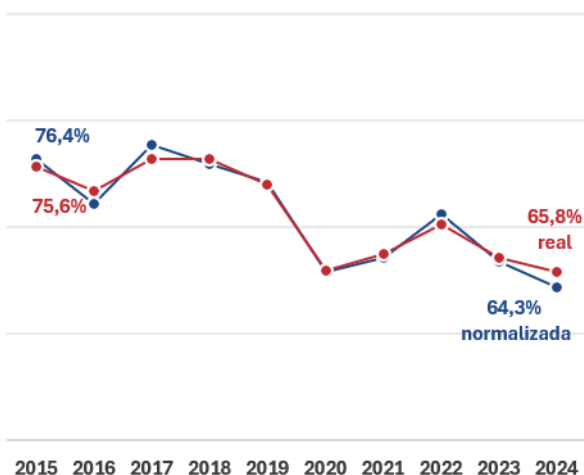
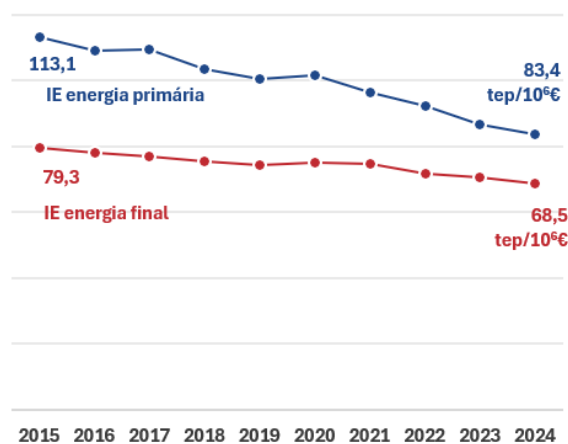


Figura 11 - Intensidade energética em energia primária e final e em eletricidade



Fonte: DGEG

A dependência energética normalizada, que atenua o efeito da variabilidade da produção hídrica e eólica, apresentou uma evolução semelhante, situando-se também próxima de 65,8%. Esta evolução confirma que a redução da dependência externa não resulta apenas de condições conjunturais de produção renovável, mas também de alterações estruturais da matriz energética, designadamente do reforço das fontes endógenas.

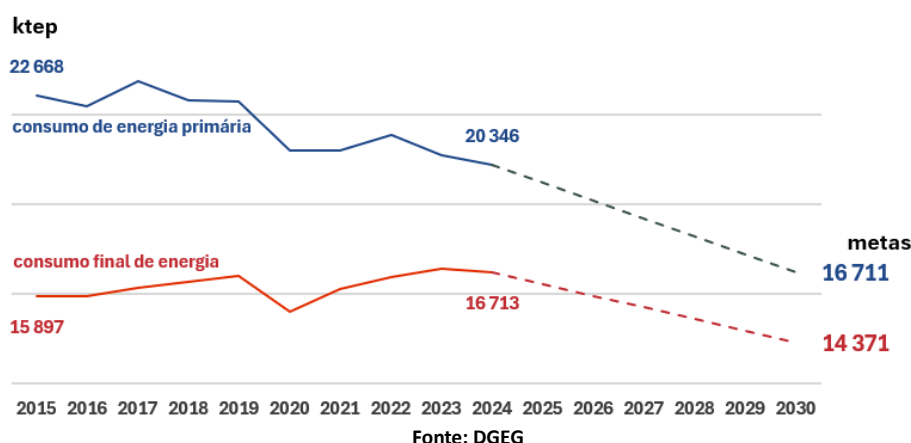
Entre 2015 e 2024, a intensidade energética da economia apresentou uma trajetória global de redução, quer em termos de energia primária (83,4 tep por milhão de euros, menos 3,5% do que em 2023), quer de energia final (68,5 tep por milhão de euros, correspondendo a uma redução de 2,8% face a 2023). Esta evolução revela uma melhoria da relação entre a energia consumida e o valor económico produzido, traduzindo uma menor quantidade de energia necessária para gerar o mesmo nível de riqueza. A intensidade energética final registou assim um decréscimo acumulado de 13,6% no período, reforçando a tendência de menor utilização de energia final por unidade de riqueza produzida.

4. METAS

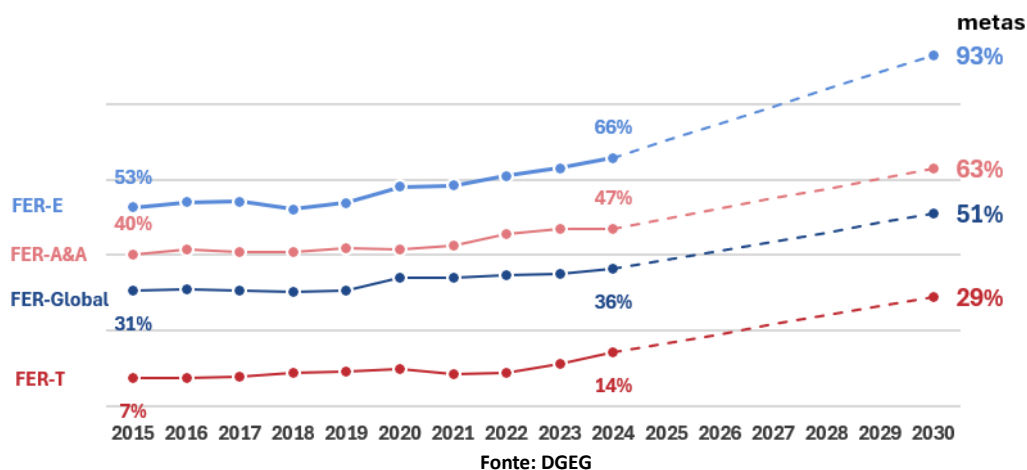
Portugal registou progressos relevantes no reforço das energias renováveis, visíveis no aumento da produção doméstica, na maior incorporação de fontes renováveis no consumo final bruto de energia e no crescimento da eletricidade de origem renovável. Estes resultados traduzem uma alteração estrutural do sistema energético nacional e um contributo positivo para a redução da dependência externa e da intensidade energética e carbónica.

A **evolução dos indicadores energéticos** definidos ao abrigo da no âmbito da Diretiva 2009/28/CE deve, contudo, ser enquadrada à luz das metas nacionais definidas para 2030, em particular no âmbito das energias renováveis e da eficiência energética. O consumo de energia primária diminuiu 10,2% entre 2015 e 2024, passando de 22 668 ktep para 20 346 ktep. Apesar desta trajetória descendente, o cumprimento da meta de 16 711 ktep em 2030 exige uma redução adicional de 17,9% face a 2024, correspondente a uma taxa média anual de decréscimo de 3,2%, superior à observada entre 2015 e 2024 (-1,2% ao ano).

Figura 12 – Evolução do consumo de energia primária e consumo final de energia e metas nacionais (2030)



O consumo final de energia aumentou 5,1% no mesmo período, situando-se em 16 713 ktep em 2024. Para alcançar a meta de 14 371 ktep em 2030, será necessário inverter a tendência recente e assegurar uma redução média anual de 2,5% até 2030.

Figura 13 – Evolução da fração de Fontes Renováveis de Energia (FER) e metas nacionais (2030)


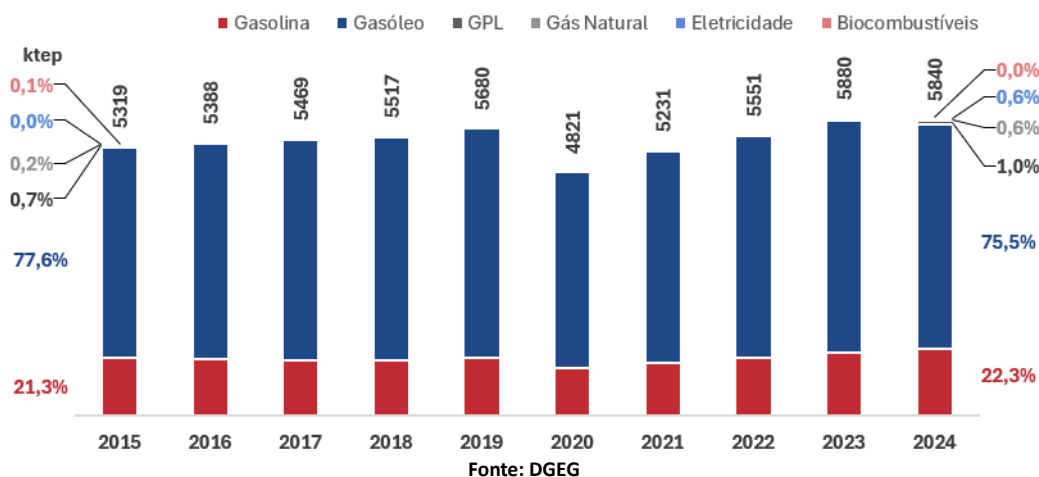
A evolução dos indicadores FER foi positiva entre 2015 e 2024. Contudo, o cumprimento das metas nacionais para 2030 exige uma aceleração significativa do ritmo de incorporação de energia renovável.

A FER-Global aumentou de 31% para 36%, correspondendo a uma progressão média anual de 0,6 p.p.. Para atingir a meta de 51% em 2030, será necessário um acréscimo médio de 2,5 p.p. por ano. Na eletricidade, a FER-E passou de 53% para 66%. No entanto, a meta de 93% implica um ritmo anual de crescimento de 4,5 p.p., mais de três vezes superior ao observado desde 2015.

No aquecimento e arrefecimento, a quota renovável atingiu cerca de 47%, permanecendo abaixo da meta de 63%, o que exigirá um aumento médio anual de 2,7 p.p. até 2030. Nos transportes, apesar da FER-T ter duplicado entre 2015 e 2024, de 7% para 14%, este continua a ser o domínio mais exigente da transição energética, com uma meta de 29% em 2030 e a necessidade de um reforço médio anual de 2,5 p.p.

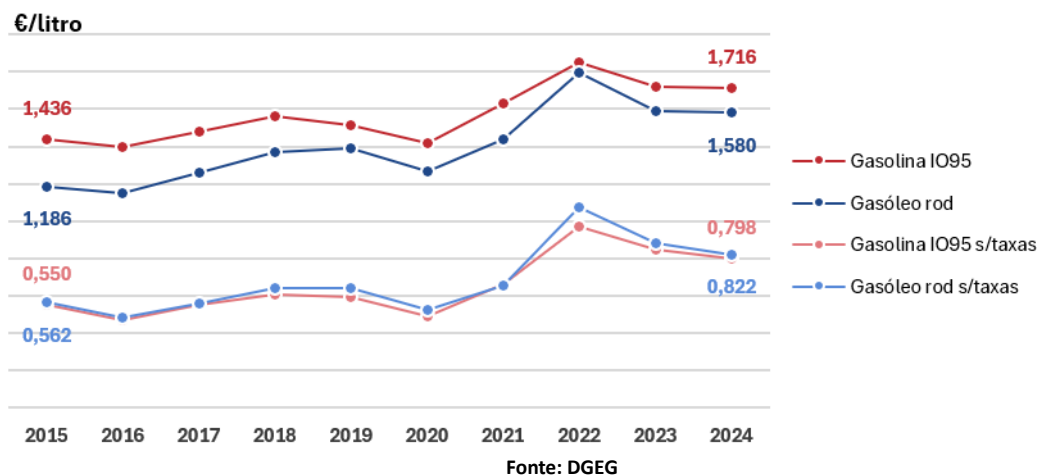
5. CONSUMO DOS COMBUSTÍVEIS EVIDENCIAM DESAFIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O setor dos transportes continua a constituir um dos principais desafios da transição energética, devido ao peso dos produtos petrolíferos no respetivo consumo energético. Em 2024, os transportes foram responsáveis por 37,1% do consumo final de energia, mais 10,7% do que no início da série 2015-2024.

Figura 14 - Consumo de combustível e eletricidade no transporte rodoviário


Ao longo do período 2015-2024, o gasóleo manteve-se como a principal fonte de energia no transporte rodoviário, reduzindo apenas 2,1 p.p. face a 2015. A gasolina assumiu o segundo maior peso, com um aumento de 1,0 p.p. no período.

Em 2024, o consumo de energia no transporte rodoviário diminuiu 0,7%, face a 2023, totalizando 5 840 ktep. Esta evolução refletiu sobretudo a redução do consumo de gasóleo (-3,2%), que se fixou em 4 409 ktep. Apesar deste decréscimo, o gasóleo continuou a ser dominante, representando 75,5% do consumo total, menos 1,9 p.p. do que em 2023. Em sentido contrário, o consumo de gasolina aumentou 5,2% face ao ano anterior, atingindo 1 302 ktep, correspondente a 22,3% do consumo energético do transporte rodoviário. Em conjunto, gasóleo e gasolina representaram 97,8% do consumo do setor em 2024, evidenciando a persistente dependência do transporte rodoviário relativamente aos combustíveis fósseis.

Figura 15 – Preços médios anuais dos principais combustíveis rodoviários 2015-2024


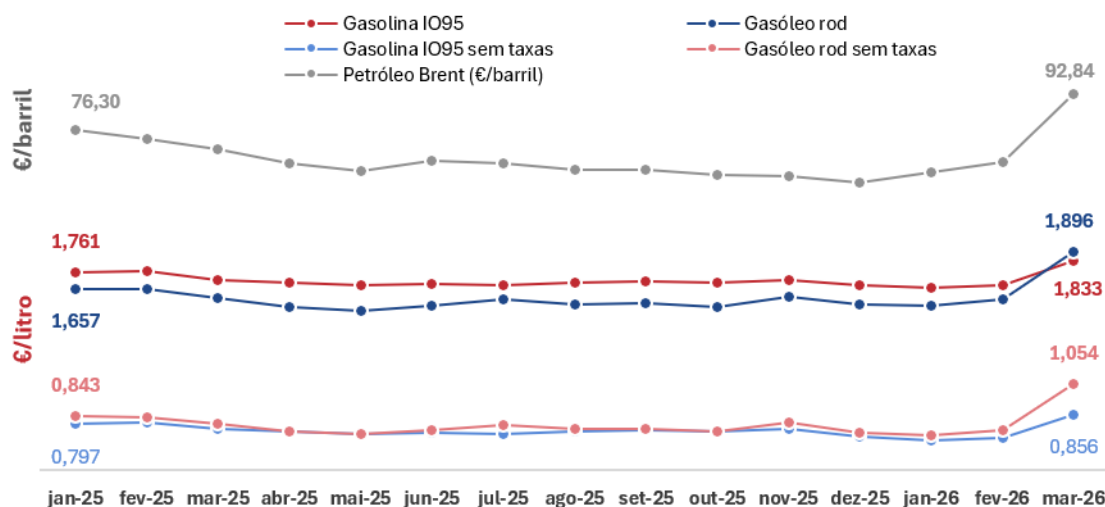
Entre 2015 e 2024, os **preços médios dos combustíveis** rodoviários em Portugal apresentaram uma trajetória global de aumento. A evolução foi particularmente marcada em 2021 e 2022, anos em que se registaram os valores mais elevados da série, num contexto de forte inflação e pressão sobre os preços dos produtos energéticos. Após o

máximo registado em 2022, os preços médios diminuíram em 2023 e estabilizaram em 2024. Neste último ano, o preço médio da gasolina IO95 situou-se em 1,716 €/litro e o do gasóleo rodoviário em 1,580 €/litro, representando aumentos de 19,5% e 33,2% respetivamente, face a 2015.

A análise dos preços sem taxas evidencia aumentos mais acentuados. Entre 2015 e 2024, o preço sem taxas da gasolina IO95 aumentou 45,1%, para 0,798 €/litro, enquanto o do gasóleo rodoviário aumentou 46,3%, para 0,822 €/litro. Esta evolução mostra que o aumento dos preços antes de impostos foi superior ao observado nos preços finais, refletindo a evolução dos mercados dos produtos petrolíferos e o efeito da componente fiscal no preço pago pelos consumidores.

A informação mais recente relativa aos preços médios mensais dos combustíveis evidencia uma evolução relativamente estável ao longo de 2025, seguida de um aumento acentuado no início de 2026, enquadrado num contexto internacional de maior incerteza nos mercados energéticos, associado à volatilidade do preço do petróleo e ao agravamento das tensões geopolíticas, designadamente no Médio Oriente.

Figura 16 – Preços médio mensais dos principais combustíveis rodoviários e do petróleo Brent



Fonte: DGEG

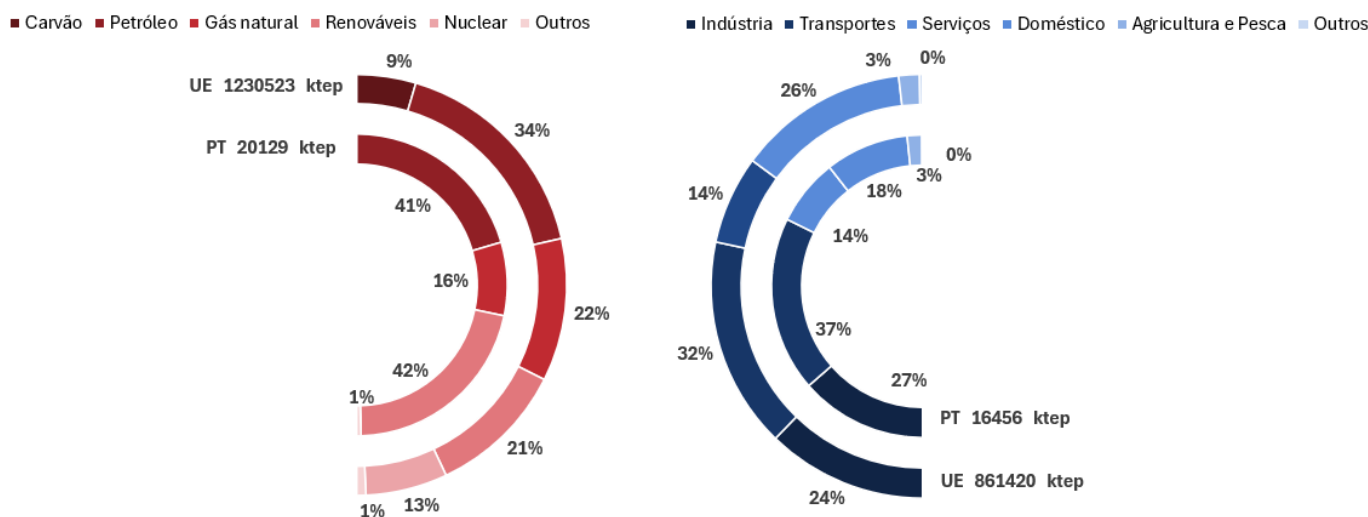
Em março de 2026, preço da gasolina IO95 atingiu 1,833 €/litro, correspondendo a um aumento de 4,1% face a janeiro de 2015. O gasóleo rodoviário registou uma subida mais expressiva (+14,4%) atingindo 1,896 €/litro. Relativamente aos preços sem taxas, a gasolina IO95 aumentou 7,4%, para 0,856 €/litro, enquanto o gasóleo atingiu 1,054 €/litro (+25,0%). Esta evolução foi particularmente marcada no gasóleo, acompanhando a subida do preço do petróleo Brent, que passou de 76,30 €/barril para 92,84 €/barril (+21,7%).

Apesar do agravamento dos preços no início de 2026, o consumo de combustíveis rodoviários manteve-se relativamente estável, evidenciando a reduzida elasticidade do consumo perante variações de preço no curto prazo. Entre janeiro de 2025 e março de 2026, o consumo de gasóleo aumentou ligeiramente, de 4 530 kt para 4 554 kt (+0,5%), enquanto o consumo de gasolina IO95 passou de 1 176 kt para 1 268 kt (+7,8%).

6. PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

A comparação europeia permite enquadrar a posição relativa de Portugal no domínio da energia e avaliar em que medida a evolução nacional se distingue da média da União Europeia. Portugal, apresenta um desempenho favorável em vários indicadores associados às energias renováveis. Em contrapartida, a dependência energética nacional permanece superior à média da UE, refletindo a ausência de produção nacional de combustíveis fósseis.

Figura 17 – Consumo de energia primária por fonte de energia e consumo final de energia por setor de atividade na UE e em PT - 2024



Fonte: Eurostat ([nrg_bal_s](#))

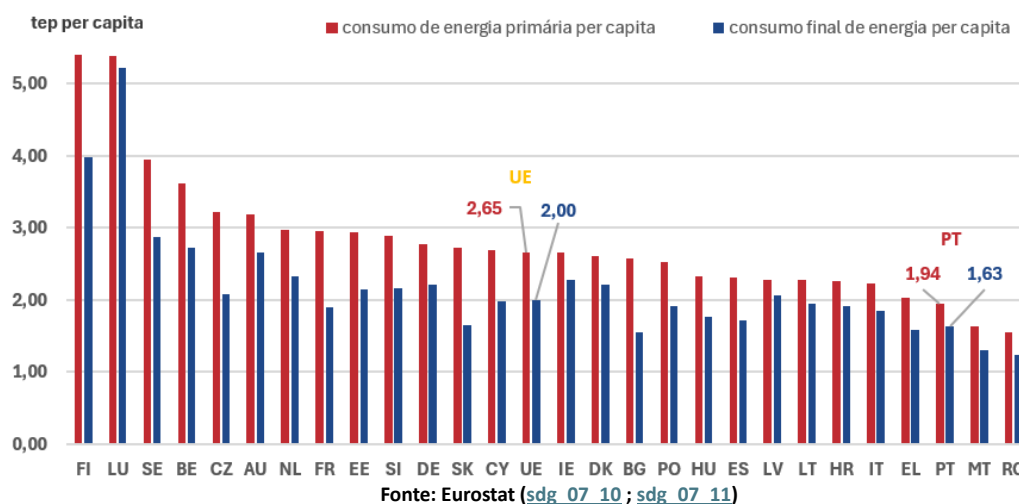
Em 2024, a estrutura do **consumo de energia primária** evidenciava diferenças relevantes entre Portugal e a União Europeia. Em Portugal, o petróleo manteve-se como a principal fonte energética, representando cerca de 41% do consumo de energia primária, acima do peso observado na UE27 (34%). Em contrapartida, as fontes renováveis assumiram uma expressão significativamente superior no perfil energético nacional, representando cerca de 42% do total, face a 21% na UE27.

O gás natural apresentou um peso inferior em Portugal (16%) ao registado no conjunto da União Europeia (22%), enquanto o carvão teve uma expressão residual no consumo nacional, contrastando com o peso ainda relevante no agregado europeu (9%).

A energia nuclear, inexistente na estrutura energética portuguesa, representou cerca de 13% do consumo de energia primária da UE27.

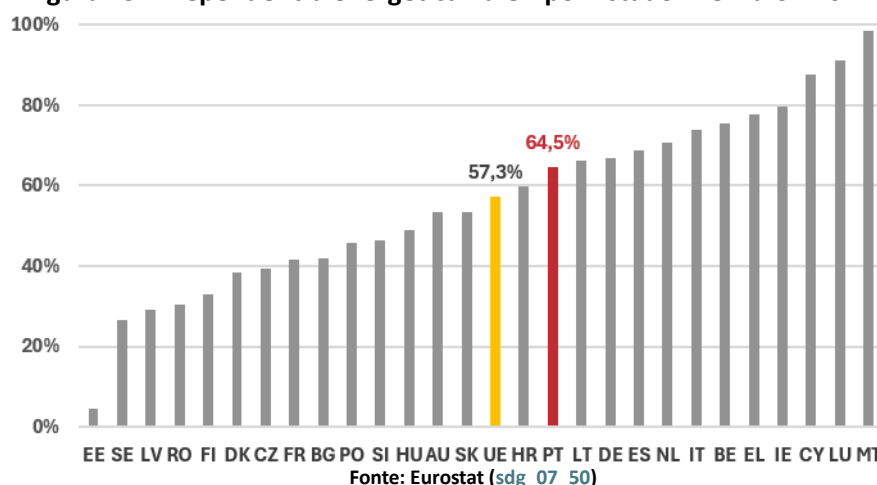
No **consumo final de energia** por setor de atividade, a estrutura de Portugal apresentou uma configuração próxima da observada na UE27, embora com algumas diferenças. Em 2023, os transportes constituíram o principal setor consumidor, representando 37% do consumo final de energia em Portugal e 32% na UE27.

A indústria assumiu o segundo maior peso em Portugal (27%), seguida do setor doméstico (18%) e dos serviços (14%). Na UE27, o setor doméstico apresentou maior expressão relativa (26%), superando a indústria (24%), enquanto os serviços apresentaram um peso semelhante ao registado em Portugal (14%).

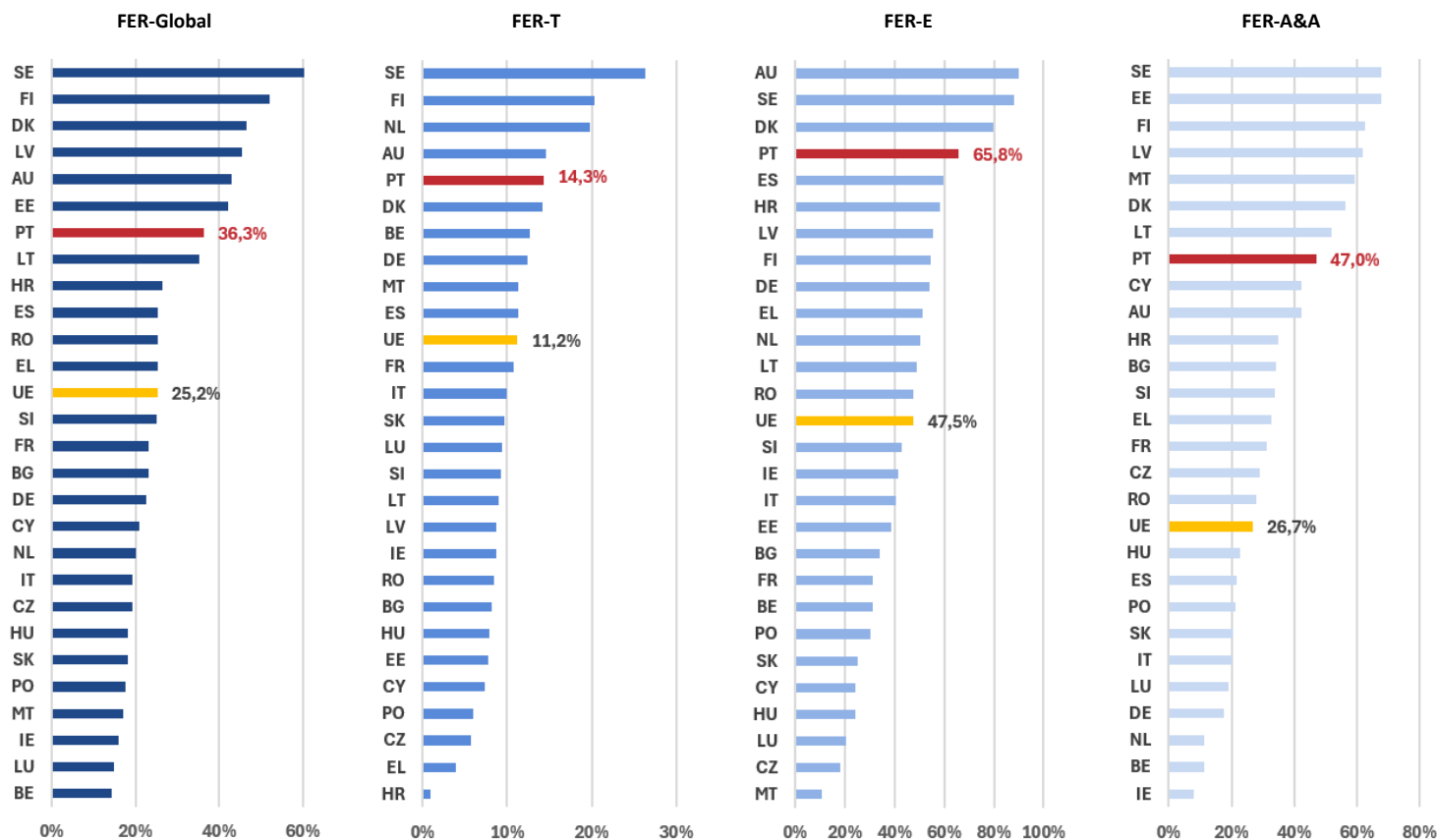
Figura 18 - Consumo de energia primária e consumo final de energia per capita na UE por Estado-Membro


Portugal apresenta níveis de consumo energético per capita inferiores à média da União Europeia, tanto em energia primária como em energia final. Em 2024, o consumo de energia primária per capita em Portugal situou-se em 1,94 tep por habitante, abaixo da média da UE (2,65 tep por habitante). O consumo final de energia per capita seguiu a mesma tendência, atingindo 1,63 tep por habitante em Portugal, face a 2,00 tep por habitante na UE.

Portugal posiciona-se, assim, entre os Estados-Membros com menor consumo energético per capita, juntamente com países como Malta e Roménia. Em contrapartida, Finlândia, Luxemburgo, Suécia e Bélgica apresentam os valores mais elevados, refletindo diferenças na estrutura produtiva, na intensidade energética da economia, nas condições climáticas e nos padrões de mobilidade e consumo das famílias.

Figura 19 – Dependência energética na UE por Estado-Membro - 2024


Portugal apresenta uma dependência energética de 64,5%, valor 7,2 p.p. superior à média da União Europeia (57,3%), situando-se numa posição intermédia-alta no conjunto dos Estados-Membros. Este resultado significa que uma parte expressiva da energia disponível para consumo em Portugal continua a depender de importações, apesar do reforço das fontes renováveis na produção de eletricidade e no consumo final de energia. O peso dos combustíveis fósseis, sobretudo nos transportes rodoviários, continua a condicionar a dependência externa.

Figura 20 – Quota de FER no consumo final bruto de energia na UE por Estado-Membro - 2024

 Fonte: Eurostat ([sdg_07_40](#))

Portugal posiciona-se acima da média da UE nos quatro indicadores de incorporação de energias renováveis, embora com diferenças relevantes entre domínios. Na **quota global de FER** no consumo final bruto de energia, Portugal registou 36,3% em 2024, valor superior à média da UE (25,2%) posicionando-se no grupo de países com desempenho intermédio-alto, embora abaixo dos Estados-Membros com maior incorporação renovável, como Suécia, Finlândia, Dinamarca, Letónia, Áustria e Estónia.

Nos **transportes**, a quota FER-T em Portugal situou-se em 14,3%, também acima da média da UE (11,2%). Apesar desta posição favorável, este indicador continua a apresentar valores relativamente reduzidos face aos restantes domínios, refletindo a maior dificuldade de substituição dos combustíveis fósseis neste setor. Na **eletricidade**, Portugal destacou-se de forma mais expressiva, com uma quota FER-E de 65,8%, claramente acima da média da UE (47,5%). Este resultado confirma a posição favorável do país no contexto europeu, sustentada sobretudo pelo contributo da produção hídrica, eólica e, mais recentemente, fotovoltaica. Estes resultados traduzem a relevância histórica dos recursos hídricos e eólicos e o crescimento recente da energia fotovoltaica. No **aquecimento e arrefecimento**, Portugal registou uma quota FER-A&A de 47,0%, significativamente superior à média da UE (26,7%), posicionando-se entre os países com maior incorporação de energias renováveis neste domínio.